

## Uma análise do conhecimento acerca das atribuições da Polícia Militar

### An analysis of the knowledge about the attributions of the Military Police

DOI:10.34117/bjdv8n7-147

Recebimento dos originais: 23/05/2022

Aceitação para publicação: 30/06/2022

#### **Carlos Henrique Casagrande**

1º Tenente da Polícia Militar do Paraná - Licenciado em História

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

Endereço: R. Jóquei Clube, 414, Prado Velho, Curitiba - PR, CEP: 80215-220

E-mail: carlos.casagrande@pm.pr.gov.br

#### **Gustavo Ramos Dresch**

1º Tenente da Polícia Militar do Paraná - Pós-Graduado em Direitos Humanos e

Segurança Pública pela Faculdade Ibra de Brasília

Instituição: Polícia Militar do Paraná

Endereço: Av. Mal. Floriano Peixoto, 1401, Rebouças, Curitiba - PR,

CEP: 80230-110

E-mail: gustavo.dresch@pm.pr.gov.br

#### **RESUMO**

No âmbito da segurança pública é necessário especificar o papel das polícias na sociedade. O objetivo geral deste estudo foi analisar o conhecimento disponível acerca das atribuições da Polícia Militar e sua história evolutiva. A metodologia utilizada embasou uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa e utilização do método exploratório e descritivo. Os resultados mostraram que a falta de conhecimento sobre as atribuições da Polícia Militar pode causar uma visão distorcida tanto da segurança pública quanto da forma como ela é efetivada pelas corporações militares, o que pode implicar em opiniões equivocadas por parte de alguns estudiosos. Pode-se concluir que a questão de segurança pública apresenta aspectos de alta complexidade que não podem ser resolvidos a partir de definições simplórias e superficiais. É de suma importância que as corporações militares possibilitem o adequado acesso à informação aos estudiosos do tema, contribuindo para a produção de novos conhecimentos acerca da complexa atividade policial.

**Palavras-chave:** segurança pública, Polícia Militar, atribuições.

#### **ABSTRACT**

Within the scope of public security, it is necessary to specify the role of the police in society. The general objective of this study was to analyze the available knowledge about the attributions of the Military Police and its evolutionary history. The methodology used was based on a literature review with a qualitative approach and use of an exploratory and descriptive method. The results showed that the lack of knowledge about the attributions of the Military Police can cause a distorted view of both public security and the way in which it is carried out by military corporations, which can lead to mistaken opinions on the part of some scholars. It can be concluded that the issue of public security

presents aspects of high complexity that cannot be resolved from simplistic and superficial definitions. It is extremely important that military corporations provide adequate access to information to scholars on the subject, contributing to the production of new knowledge about the complex police activity.

**Keywords:** public security, Military police, assignments.

## 1 INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre o trabalho policial militar realizadas durante a formação de oficiais e praças, possuem menor rigor acadêmico e metodológico quando comparadas às realizadas nas universidades que, apesar da maior rigidez, carecem de conhecimentos sobre a realidade do trabalho policial. Um bom exemplo disso são os estudos sobre a unificação das polícias civil e militar feitas por pesquisadores que desconhecem na sua totalidade as atribuições de cada instituição que, inclusive, originaram uma proposta de emenda constitucional que tramitou na Câmara dos Deputados a de alteração legislativa, a PEC nº 51/2013 (BRASIL, 2013). A ideia era implementar um novo sistema de segurança pública em que a mesma polícia que faz o patrulhamento das ruas faria a investigação dos crimes cometidos, desta forma, eliminaria as diferenças de funções entre o policial militar e o civil.

Este discurso sobre a unificação costuma vir à tona quando as ações policiais resultam em crimes de repercussão nacional. Neste cenário vários especialistas em segurança pública emitem suas opiniões, com a intenção de colaborar. No entanto, mesmo estando imbuídos das melhores intenções, são estudiosos que desconhecem a rotina do trabalho policial na íntegra, apontam soluções que, à luz da realidade, se tornariam rapidamente ineficazes em um cenário unificado (CABRAL, 2014; SILVA, 2014).

A prática policial militar exige a solução de um problema prioritário, como diminuir os índices de criminalidade, assegurando os direitos humanos. Neste prisma é fundamental que se conheça o problema, as causas e efeitos que englobam a segurança pública, direcionando ações efetivas, sem perder o foco no combate à criminalidade. Informações acerca das peculiaridades das instituições são cruciais para esse processo, a exemplo, saber que policiais militares também são protegidos pelos direitos humanos no processo penal militar (LIMA, 2022), diminuiria as falácias sobre aversão das polícias a este princípio constitucional tão importante em âmbito interno.

No âmbito da segurança pública os papéis das polícias podem assumir funções distintas perante a lei e a sociedade. À princípio pode parecer simples esta especificação,

mas o tema apresenta dificuldades que não são abordadas de maneira clara, uma vez verificados os inúmeros fluxos de processos e de atividades policiais existentes. Frequentemente ouve-se declarações de que o papel da polícia é combater o crime e manter a paz. A principal consequência dessas afirmações simplórias e superficiais é a desinformação, o que pode causar uma pretensa compreensão da função policial. Tais considerações abstratas podem ser interpretadas de várias formas, servindo aos mais diversos propósitos. Nesse sentido, é importante destacar que muito daquilo que é desejável, pela sociedade e por estudiosos, nem sempre pode ser adequado à realidade policial.

O presente trabalho apresenta conhecimentos acerca das atribuições da Polícia Militar e sua história evolutiva, propiciando elementos para reflexões mais coerentes sobre esse tema tão importante e complexo. Para tal foi realizada pesquisa descritiva que pretendeu extrair conhecimento partindo de premissas gerais que se aplicam a hipóteses concretas, e qualitativa que depende da observação do pesquisador, estando, portanto, diretamente relacionada com um alto nível de subjetividade como propõe Bittar (2013). Além disso, trata-se de estudo de revisão bibliográfica com a utilização de método exploratório.

## **2 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍCIA E INFORMAÇÃO**

Para que se possa compreender a atuação da Polícias Militares no cenário contemporâneo se faz necessário analisar a história destas corporações no Brasil, que remonta aos conflitos havidos durante a ditadura os quais contribuíram para dar maior visibilidade às polícias Militar e Civil despertando o interesse sobre o tema. A partir do entendimento dos pesquisadores a polícia fazia parte de instituições, onde era considerada um instrumento dócil, e quase sempre utilizada como força repressiva do Estado (BRETAS e ROSEMBERG, 2013).

Ainda segundo Bretas e Rosemberg (2013) ao longo dos anos a prática da atuação da Polícia Militar tem assumido distintas conotações, iniciando sua caminhada no século XVIII sob uma forma que pode ser denominada como pré-policial, suscitando não a instituição em si, mas a ideia que deu respaldo ao contexto atual.

No período do Brasil Império, a atuação policial das forças militares incluía o patrulhamento no meio urbano, a atividade de controle de estradas e solução de problemas de escravos fugidos. O ambiente em que se atuava era voltado ao cenário criminal ainda sob o código das Ordenações Filipinas na abordagem dos diversos tipos de crimes. Neste

período foi criada a Intendência Geral de Polícia (1808) e a Guarda Real de Polícia (1809) como base para a concepção da polícia brasileira (BRETAS; ROSEMBERG, 2013).

Conforme Storch (1984/1985) no século XIX o papel da polícia se transforma em levar a presença do Estado a regiões longínquas do país. Neste contexto, tratava-se de um tipo de policiamento sem muita disciplina que atuava em condições precárias, mas impondo uma inserção no cotidiano social. A partir da chegada da Família Real no Brasil houve uma segmentação da polícia em duas classes, a polícia ostensiva e preventiva incumbida à Polícia Militar e a polícia judiciária à cargo da Polícia Civil.

No período de introdução da República passa a se constituir um policiamento que se configura em regulamentos, leis e instruções voltadas ao direcionamento da atuação do policial militar que se identifica mais com a sua ocupação pautada na produção do saber por meio de preceitos institucionais e de práticas que inserem a rotinização das maneiras de tratar os problemas a eles incumbidos, mudando o foco para a figura do policial (BRETAS; ROSEMBERG, 2013).

De acordo com Rocha (2018) a Polícia Militar se constitui em uma instituição bastante antiga que advém do período da independência do país se intensificando durante a ditadura, tendo sua estrutura baseada no exército, pois executava funções semelhantes no âmbito dos estados brasileiros. Nesse período a imagem que se tinha era de uma polícia política e truculenta, construída durante os períodos de ditadura, e que até hoje permanece no ideário de parte da sociedade. Com o fim da ditadura tornou-se possível uma maior aproximação da área do conhecimento acadêmico com as instituições policiais para o desenvolvimento de estudos. De acordo com Bretas e Rosenberg (2013, p. 162-173) “Mesmo em países democráticos, a polícia via a aproximação acadêmica com enorme desconfiança, dificultando o acesso à informação”. Fato esse observado até os dias de hoje quando as organizações militares apresentam dificuldades para dar transparência pública a suas informações, possivelmente em razão da cultura, da sensibilidade dos assuntos de segurança pública que, muitas vezes, merecem sigilo (LIMA, 2022).

Hodiernamente, com a evolução da sociedade as polícias passaram a lidar com uma rede criminosa mais complexa, especialmente, pela potencialização do tráfico de drogas. Se não bastasse, somados aos crimes historicamente mais conhecidos como furtos, roubos, e corrupção, a sociedade vem redefinindo outras naturezas, com maior ênfase àquelas de aspectos individuais, tais como racismo e feminicídio.

Assim, por conta dos graves crimes mencionados, as estruturas de combate que englobam o funcionamento da Polícia Militar, atraem cada vez mais o interesse da

sociedade e, diante de um cenário de maior liberdade de expressão, muitos estudiosos da segurança, vieram a público dar sua opinião sobre como deveria ser o trabalho policial. Conforme Benyon (2002, p. 9): “Quando tudo corre bem, pouco se fala de polícia. Mas em período conturbado, é a ela que se voltam os cidadãos”.

Diante dos relatos históricos apresentados, percebe-se que a temática é bastante abrangente, possuindo uma gama extensa de variáveis a serem avaliadas, reforçando a necessidade de maiores estudos acerca do tema. Para fundamentar mais ainda a compreensão sobre o assunto, necessárias aqueles dedicados aos estudos da área, de maneira direcionada serão apresentados aspectos específicos das atribuições da polícia militar.

### **3 DAS ATRIBUIÇÕES DO TRABALHO POLICIAL MILITAR**

A Polícia Militar se configura como uma das instituições preconizadas pela Constituição Federal de 1988, cabendo a ela a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, garantindo assim a segurança e os direitos do cidadão, sendo a primeira corporação a ser acionada em casos de crimes.

A organização e o funcionamento dos aparatos policiais são similares na maioria dos países democráticos, em regra, possuem estatutos com diversas normas e ordenamentos complexos, mas na prática costumam executar ações mais simples e rotineiras, abarcando uma extensa variedade de crimes. De acordo com Valla (2012, p. 01) a atividade policial militar é formada por “todas as ações dos órgãos de direção, apoio e execução operacional que objetivam, direta ou indiretamente, o exercício das competências que lhes são legalmente atribuídas”.

Entre as atividades do policial podem ser elencadas algumas como exemplo: a vigilância da tranquilidade das ruas e dos imóveis, a proteção das pessoas e dos bens contra ação de delinquentes, organização da circulação dos automóveis, operações de socorro de urgência, escolta de bens, de presos, vigilância nas escolas, entre outras (ROCHA, 2018).

Monet (2002) apresenta as seguintes atribuições legais da Polícia Militar:

- Controle das pessoas suspeitas presentes em espaços públicos;
- Realizar revistas e perquirição no domicílio dos suspeitos, sob previsão legal;
- Conduzir e reter numa dependência policial um suspeito durante um determinado período;

- Apreender e conservar todo objeto suscetível de constituir um elemento de prova durante processo penal.

A Polícia Militar é resultado do contexto constitucional do artigo 144 da Constituição Federal e segundo Valla (2012, p. 82),

As Polícias Militares assumem um papel relevante na segurança pública com a Polícia Ostensiva e a Polícia de Preservação da Ordem Pública, caracterizada pelo exercício do poder de polícia administrativa e tem, na legislação específica, o detalhamento da missão síntese, ou seja, a de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

Ainda para Valla (2012, p. 83) atua como polícia ostensiva e preventiva, exercendo as seguintes ações policiais:

- Ostensivo geral, urbano e rural;
- Trânsito urbano e rodoviário, nas rodovias estaduais, observadas as condições fixadas pelo inciso III, art.23, da Lei nº 9.503/97, referente ao Código de Trânsito vigente;
- Ferroviário;
- Florestal, de mananciais e de preservação ambiental;
- Guarda das sedes dos poderes estaduais;
- Segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
- Radiopatrulhamento terrestre, aéreo, lacustre e fluvial (a pé, montado, motorizado, embarcado e aéreo transportado);
- Atividades de garantia do exercício de poder dos órgãos da administração pública;
- Polícia judiciária militar;
- Segurança de eventos;
- Prestação de assistência e socorro em geral.

Destaca-se que o emprego da Polícia Ostensiva evoluiu a ponto de suas ações operacionais estarem pautadas na filosofia de Polícia Comunitária através da integração do policiamento ostensivo geral, as patrulhas especializadas e as forças táticas (VALLA, 2012, p. 83). A filosofia comunitária busca a aproximação entre polícia e comunidade, criando laços de confiança e sensação de segurança (CRUZ e JUNIOR, 2022).

Em outras palavras, a Polícia Militar tem o dever de restabelecer a ordem pública tão logo haja manifestação de sua ruptura, amparando o cidadão que teve os seus direitos

violados, procedendo às diligências necessárias à captura dos delinquentes ou preservando os indícios deixados no local. Através da dissuasão pela força e energia necessária, podem agir repressivamente, restaurando a ordem pública pela repressão imediata.

No caso de agravamento da quebra da ordem, sob direção do governo estadual, as polícias militares poderão restabelecê-la através do que se denomina repressão por contenção, significando exatamente o tipo de atuação quando fazem valer o caráter e a condição de forças militares estaduais, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas (VALLA, 2012, p. 86).

O trabalho da Polícia Militar consiste prioritariamente na prevenção da criminalidade, proteção das pessoas, do patrimônio público ou particular, e para isso necessita de um efetivo treinado e equipado com instrumentos que possam ser utilizados nos momentos críticos. Além do exposto, apesar das atribuições estarem devidamente regulamentadas, na prática, as polícias militares também atuam em diversas situações não criminais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história da polícia no Brasil já possui um vasto conjunto de referências básicas, contudo ainda há muito espaço para novas temáticas e preenchimento de lacunas. Pesquisando-se temas policiais, pode-se perceber a escassez de trabalhos e a dificuldade de reunir um conjunto de obras que representam as polícias ao longo do tempo em suas reais atribuições. Acredita-se que isso pode ser fruto das origens policiais e do difícil acesso a informações desses órgãos ao longo da história. Apesar da pouca quantidade de informações, ainda assim é possível aproveitar os conhecimentos produzidos e caminhar para um aprimoramento dos estudos na área.

O presente trabalho apresentou a alta complexidade dos assuntos que permeiam as atribuições das Polícias Militares e suas relações com a segurança pública, destacando que as soluções não são simplórias. Neste prisma, é importante que os estudiosos dedicados em aprimorar os conhecimentos acerca do tema façam inter-relações e compartilhem informações com aqueles que vivenciam a realidade policial, em especial, os próprios policiais militares. Isso porque estes possuem o conhecimento prático da rotina, dos treinamentos e da realidade das ruas, que engloba o relacionamento com a comunidade nas mais diversas situações.

Destaca-se que estudos de pessoas ou instituições do universo não militar têm a capacidade de enxergar fora da subcultura policial, agregando pontos de vista distintos daqueles inseridos diretamente no combate criminal, sendo assim, importante que se permita o acesso à informação aos entes externos, respeitando-se os de caráter sigiloso.

Por fim, conclui-se que o conhecimento alcançado por esta pesquisa contribui para o aperfeiçoamento da profissão policial militar, uma vez que incentiva maiores estudos acerca de temáticas de extrema complexidade e difícil compreensão, essencial à sobrevivência e convivência da sociedade.



## REFERÊNCIAS

BENYON, John. **Polícias e Sociedades na Europa**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 162-173, jan./jul. 2013.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n° 51**, de 2013. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114516>. Acesso em 15 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 15 fev. 2022.

CABRAL, Bruno Fontenele. Por que sou contra a PEC 51, a 'PEC do trem da alegria' **Contúdo Jurídico**, abr. 2014. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/38971/por-que-sou-contra-a-pec-51-a-pec-do-trem-da-alegria>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CRUZ, R. P., JUNIOR, N. V. Polícia Comunitária: o aprimoramento da segurança pública por meio das redes sociais da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v.8, n.4, p. 24831-24847, 2022.

LIMA A. R. R. L. Iniciativas para a implantação do programa de *compliance* na Polícia Militar do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.3, p.21583-21607, 2022.

LIMA, M. K., ZWIR G. A. Direito humanos nas investigações de polícia judiciária militar na Polícia Militar do Paraná (PMPR). **Brazilian Journal of Development**, v.8, n.5, p. 40423-40440, 2022.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedade na Europa**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ROCHA, Diego Jorge de Oliveira Ribeiro. **Polícia militar e o direito fundamental a sindicalização**. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Direito. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2018.

SILVA, Rodrigo Bastos da. **A PEC 51/2013 e a unificação das polícias**. 49 f. Monografia de Especialização em Gestão de Segurança Pública. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2014.

STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 8/9, p. 7-33, 1984/1985.

VALLA, Wilson Odirley. **Doutrina de emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar**. 3ª ed. Curitiba: AVM, 2012.